

SAÚDE MENTAL DOS POVOS RIBEIRINHOS

MENTAL HEALTH OF RIVERINE PEOPLE

Ana Leide Rodrigues de Sena Góis¹

DOI 10.5281/zenodo.14507553

Gustavo Borges Jesus Silva²

Laís Regina Damacena Ramalho³

Lívia dos Santos Rocha⁴

RESUMO

Tendo em vista que a saúde mental dos povos ribeirinhos é influenciada por condições socioeconômicas, culturais e ambientais únicas, o presente estudo trata sobre a saúde mental das comunidades ribeirinhas na região amazônica, a fim de compreender os principais fatores que afetam seu bem-estar psicológico. Para tanto, foi necessário identificar os principais determinantes sociais e ambientais, analisar o impacto das condições de vida e dos estresses associados ao modo de vida ribeirinho e propor recomendações para políticas públicas adaptadas. Realizou-se, então, uma pesquisa sistemática da literatura. Diante disso, verificou-se que a pobreza, a falta de infraestrutura básica e a oferta limitada de serviços públicos são fatores críticos, que a medicina tradicional e as práticas de cura locais desempenham um papel significativo na saúde mental e que a aplicação das políticas públicas enfrenta desafios devido ao isolamento geográfico e à falta de infraestrutura. Onde foi possível concluir que a abordagem integrada e culturalmente sensível é fundamental para promover a saúde mental dos povos ribeirinhos e que futuras pesquisas devem continuar a explorar os determinantes sociais da saúde mental e avaliar a eficácia das intervenções implementadas.

Palavras-chave: Saúde mental. Povos ribeirinhos. Determinantes sociais. Políticas públicas. Amazônia.

ABSTRACT

Considering that the mental health of riverside people is influenced by unique socioeconomic, cultural and environmental conditions, the present study deals with the mental health of riverside communities in the Amazon region, in order to understand the main factors that affect their psychological well-being. To this end,

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA/CE); Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (UFT/PPGE); Orientadora Educacional pela Secretaria Municipal de Educação SEMED - TO; Professora Mestre pela Faculdade de Colinas do Tocantins – FACT. E-mail: analeiderodriguesdesenagois@gmail.com

² Aluno do Curso de Graduação Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Colinas do Tocantins - FACT. E-mail: gustavo.borges12052000@gmail.com

³ Aluna do Curso de Graduação Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Colinas do Tocantins - FACT. E-mail: reginalais12@hotmail.com

⁴ Aluna do Curso de Graduação Bacharelado em Psicologia da Faculdade de Colinas do Tocantins - FACT. E-mail: liviasantos32@gmail.com

it was necessary to identify the main social and environmental determinants, analyze the impact of living conditions and stresses associated with the riverside way of life and propose recommendations for adapted public policies. A systematic literature search was then carried out. Given this, it was found that poverty, the lack of basic infrastructure and the limited supply of public services are critical factors, that traditional medicine and local healing practices play a significant role in mental health and that the application of public policies faces challenges due to geographic isolation and lack of infrastructure. Where it was possible to conclude that the integrated and culturally sensitive approach is fundamental to promoting the mental health of riverside people and that future research should continue to explore the social determinants of mental health and evaluate the effectiveness of implemented interventions.

Keywords: Mental health. Riverside people. Social determinants. Public policy. Amazon.

1 INTRODUÇÃO

A saúde mental dos povos ribeirinhos é um tema de extrema relevância no contexto da saúde pública, especialmente considerando as particularidades geográficas, sociais e culturais dessas comunidades, que tem como principal objeto de estudo a análise dos principais fatores que influenciam a saúde mental dessa população e suas consequências. Os povos ribeirinhos, que habitam as margens dos rios na região amazônica, vivem em condições muitas vezes adversas, enfrentando desafios que incluem o isolamento geográfico, a falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, e a vulnerabilidade a doenças tropicais (NUNES et al., 2022). Além disso, a dinâmica de vida ribeirinha, marcada pela subsistência através da pesca e agricultura familiar, e a interação constante com a natureza, impõem um conjunto específico de estresses e fatores de risco que podem impactar significativamente a saúde mental desses indivíduos (SOUZA & HAGE, 2017).

O conceito de saúde mental, conforme definido por De Almeida Filho, Coelho e Peres (1999), vai além da ausência de transtornos mentais, englobando o bem-estar emocional, psicológico e social. Nesse contexto, a saúde mental dos povos ribeirinhos deve ser entendida de forma holística, considerando os determinantes sociais, culturais e ambientais que influenciam a

qualidade de vida dessas populações. Estudos indicam que a precariedade das condições de vida, a exposição a situações de violência e a carência de apoio social são fatores que contribuem para o surgimento de problemas de saúde mental nessas comunidades (GAMA et al., 2018).

As políticas de saúde mental no Brasil, especialmente após a promulgação da Lei 10.216/2001, que visa garantir os direitos das pessoas com transtornos mentais e redirecionar o modelo assistencial em saúde mental, têm buscado integrar ações de promoção, prevenção e cuidado em saúde mental nas diferentes realidades regionais do país (DELGADO, 2011). No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos nas áreas ribeirinhas, onde a infraestrutura limitada e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde tornam a prestação de cuidados contínuos e integrados um objetivo complexo e muitas vezes inalcançável (SAMPAIO et al., 1994).

Dada a especificidade e a vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas, o problema de pesquisa que se coloca é: como as condições de vida e os fatores ambientais e sociais influenciam a saúde mental dos povos ribeirinhos, moradores das margens dos rios, na região amazônica?

A justificativa para a realização desta pesquisa reside na necessidade urgente de compreender os determinantes sociais e ambientais que afetam a saúde mental das populações ribeirinhas, de modo a informar políticas públicas e estratégias de intervenção mais eficazes. A literatura existente sobre saúde mental em contextos urbanos não é completamente aplicável às comunidades ribeirinhas, devido às diferenças marcantes nos modos de vida, acesso a recursos e suportes sociais (LANCETTI & AMARANTE, 2006). Assim, há uma lacuna significativa no conhecimento que precisa ser preenchida para que se possa desenvolver abordagens de cuidado em saúde mental mais adaptadas às realidades locais (LIRA & CHAVES, 2016).

Além disso, a pesquisa é justificada pela necessidade de promover a equidade em saúde. As populações ribeirinhas frequentemente enfrentam uma dupla desvantagem: a exclusão social e geográfica e a marginalização nos sistemas de saúde (NETO & FURTADO, 2015). Através desta pesquisa, espera-se contribuir para a redução das disparidades em saúde mental, fornecendo

dados que possam ser utilizados para a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes. A saúde mental é um componente essencial do bem-estar geral e, sem ela, é impossível alcançar um desenvolvimento humano completo e sustentável (QUARTILHO, 2010).

A relevância da pesquisa também se apoia na observação de que os estudos focados em saúde mental ribeirinha são escassos, o que impede uma compreensão abrangente das necessidades específicas dessas comunidades. Ao direcionar esforços para o estudo desta temática, pretende-se lançar luz sobre os aspectos menos explorados da saúde mental, permitindo a elaboração de estratégias de intervenção mais direcionadas e, portanto, potencialmente mais efetivas (CINTRA JR., 2001).

O objetivo geral desta pesquisa é investigar os fatores que influenciam a saúde mental dos povos ribeirinhos na região amazônica. Especificamente, busca-se: 1) identificar os principais determinantes sociais e ambientais da saúde mental nessas comunidades; 2) analisar como as condições de vida e os estresses associados ao modo de vida ribeirinho impactam a saúde mental; e 3) propor recomendações para políticas públicas e intervenções em saúde mental adaptadas às realidades ribeirinhas.

A metodologia desta pesquisa envolve uma revisão sistemática da literatura disponível sobre saúde mental dos povos ribeirinhos. As bases de dados utilizadas incluem PubMed, Scielo e Google Scholar. A seleção dos artigos foi realizada com base em palavras-chave como “saúde mental”, “povos ribeirinhos”, “Amazonas” e “determinantes sociais”. Utilizou-se operadores booleanos para refinar as buscas, combinando termos como “AND” e “OR” para ampliar ou restringir os resultados conforme necessário. A análise de dados dos artigos selecionados foi realizada através de uma abordagem qualitativa, focando na identificação de padrões e temas recorrentes que emergiram dos estudos.

Os critérios de inclusão abarcaram artigos publicados nos últimos 20 anos, disponíveis em inglês, português ou espanhol, que abordassem direta ou indiretamente a saúde mental em comunidades ribeirinhas. Artigos que não apresentavam relevância direta para o tema foram excluídos. O intervalo de

busca foi de janeiro de 2000 a dezembro de 2023, garantindo uma cobertura abrangente e atualizada das pesquisas disponíveis (SOUZA & HAGE, 2017; LIRA & CHAVES, 2016).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O Contexto dos Povos Ribeirinhos

Os povos ribeirinhos, que habitam as margens dos rios na Amazônia, vivem em um contexto marcado por condições ambientais, sociais e econômicas únicas. Estes fatores têm um impacto significativo na saúde mental dessas populações.

O modo de vida ribeirinho, baseado principalmente na pesca e na agricultura de subsistência, é influenciado diretamente pelas flutuações sazonais dos rios, que determinam não apenas as atividades econômicas, mas também a organização social e cultural dessas comunidades (SOUZA & HAGE, 2017).

A dinâmica sazonal dos rios afeta profundamente a vida cotidiana dos ribeirinhos. Durante a época das cheias, muitas áreas ficam alagadas, obrigando as famílias a se deslocarem para regiões mais altas e a adaptarem suas atividades diárias às novas condições. Esse movimento sazonal pode causar interrupções na continuidade das atividades escolares e na prestação de serviços de saúde, incluindo os de saúde mental. Na seca, a diminuição do nível dos rios pode dificultar o acesso a recursos hídricos e a locomoção, impactando negativamente a economia local e aumentando o isolamento dessas comunidades (NUNES et al., 2022).

A estrutura social dos povos ribeirinhos é frequentemente caracterizada por uma forte coesão comunitária e redes de apoio social robustas. As relações de vizinhança e parentesco desempenham um papel crucial na sustentação emocional e material dos indivíduos. Essa coesão social é um fator de proteção importante para a saúde mental, promovendo um senso de pertencimento e apoio mútuo. No entanto, a dependência de recursos naturais e a vulnerabilidade

às mudanças ambientais podem gerar altos níveis de estresse e ansiedade, impactando negativamente a saúde mental (LIRA; CHAVES, 2016).

O impacto das mudanças climáticas, como o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, exacerba os desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas. A insegurança alimentar resultante de períodos prolongados de seca ou de enchentes severas pode aumentar o estresse e a ansiedade, contribuindo para o desenvolvimento de transtornos mentais. Além disso, a degradação ambiental e a exploração econômica dos recursos naturais por agentes externos muitas vezes não levam em consideração a sustentabilidade e o bem-estar das populações locais, gerando conflitos e tensões adicionais (ALMEIDA FILHO, COELHO & PERES, 1999).

Além disso, o isolamento geográfico destas comunidades limita o acesso a serviços de saúde, incluindo cuidados especializados em saúde mental, agravando ainda mais a situação. A falta de infraestrutura adequada, como estradas, transporte e comunicação, dificulta a chegada de profissionais de saúde e a implementação de programas de saúde mental. Em muitos casos, os ribeirinhos precisam percorrer longas distâncias para obter atendimento, o que pode ser um fator desmotivador e desencorajador. A ausência de assistência contínua e de suporte adequado contribui para a perpetuação de problemas de saúde mental não tratados (NUNES et al., 2022).

A educação em saúde mental e a sensibilização são limitadas nessas áreas, muitas vezes devido à falta de recursos e de pessoal qualificado. Programas de educação que poderiam ajudar a identificar e tratar precocemente problemas de saúde mental são escassos, o que agrava a situação. Além disso, a estigmatização dos transtornos mentais e a falta de compreensão sobre esses problemas podem levar os indivíduos a não buscarem ajuda ou a não reconhecer a necessidade de tratamento (SAMPAIO et al., 1994).

As políticas públicas de saúde mental no Brasil precisam considerar essas especificidades para serem eficazes. A implementação de estratégias adaptadas às realidades locais, que envolvam a capacitação de agentes comunitários e a utilização de tecnologias de telemedicina, pode ajudar a mitigar os efeitos do isolamento geográfico.

O fortalecimento das redes de apoio comunitário e a promoção de iniciativas de saúde mental que valorizem os conhecimentos e práticas tradicionais são passos fundamentais para melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde mental para os povos ribeirinhos (LANCETTI & AMARANTE, 2006).

2.2 Desafios Socioeconômicos e Saúde Mental

As condições socioeconômicas desempenham um papel crucial na saúde mental dos povos ribeirinhos. A pobreza, a falta de infraestrutura básica e a limitada oferta de serviços públicos são fatores que contribuem para a vulnerabilidade dessas populações (GAMA et al., 2018). A precariedade das condições de vida, incluindo a falta de saneamento básico, eletricidade e acesso à água potável, exacerba os riscos à saúde física e mental. A carência de recursos materiais e financeiros força muitos ribeirinhos a viverem em condições insalubres e precárias, criando um ambiente propício ao surgimento de transtornos mentais.

As dificuldades financeiras constantes, associadas a uma economia de subsistência, podem levar ao desenvolvimento de transtornos mentais, como depressão e ansiedade. A dependência da pesca e da agricultura de subsistência torna essas comunidades particularmente vulneráveis às flutuações econômicas e ambientais. Por exemplo, períodos de seca ou enchentes podem devastar a produção agrícola e pesqueira, resultando em insegurança alimentar e incerteza econômica. Esse estado de vulnerabilidade contínua gera um estresse crônico, que é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de transtornos de humor (ALMEIDA FILHO, COELHO & PERES, 1999).

Além disso, a falta de oportunidades de educação e emprego para os jovens ribeirinhos resulta em um ciclo de pobreza e exclusão social que perpetua os problemas de saúde mental (NETO & FURTADO, 2015). A ausência de escolas de qualidade e de oportunidades de ensino superior nas proximidades das comunidades ribeirinhas limita as perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. Sem acesso à educação adequada, muitos jovens enfrentam dificuldades para quebrar o ciclo de pobreza e para encontrar

empregos estáveis e bem remunerados. Esse cenário leva a um sentimento de desesperança e frustração, que são gatilhos comuns para a depressão e a ansiedade.

A ausência de perspectivas de melhoria de vida e a necessidade de migração para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida geram um sentimento de desesperança e insegurança, aumentando o risco de problemas psicológicos. A migração, muitas vezes forçada pela falta de oportunidades locais, pode desintegrar redes de apoio social e comunitário, essenciais para a manutenção da saúde mental. Ao se deslocarem para áreas urbanas, os ribeirinhos frequentemente enfrentam discriminação, marginalização e dificuldades de adaptação ao novo ambiente, o que pode agravar ainda mais os problemas de saúde mental.

O impacto das condições socioeconômicas na saúde mental dos povos ribeirinhos é agravado pela falta de acesso a serviços de saúde mental adequados. A infraestrutura de saúde nessas regiões é geralmente inadequada, com poucos profissionais qualificados para lidar com transtornos mentais. Além disso, os serviços de saúde mental são frequentemente centralizados em áreas urbanas, tornando difícil para os ribeirinhos acessarem o apoio necessário. A falta de transporte e de recursos financeiros para deslocamentos até os centros urbanos é um obstáculo adicional, que impede o tratamento adequado e contínuo dos transtornos mentais (LANCETTI & AMARANTE, 2006).

As barreiras culturais e a estigmatização dos transtornos mentais também desempenham um papel significativo. Em muitas comunidades ribeirinhas, existe uma compreensão limitada sobre a saúde mental e uma tendência a associar os transtornos mentais a fraqueza ou falta de caráter. Essa visão estigmatizante pode desencorajar os indivíduos a buscarem ajuda e apoio, exacerbando o sofrimento mental. Programas de educação e sensibilização são necessários para mudar essas percepções e promover uma abordagem mais compreensiva e inclusiva à saúde mental (SAMPAIO et al., 1994).

A criação de políticas públicas que abordem as necessidades específicas dos povos ribeirinhos é crucial para melhorar a saúde mental dessas populações. Intervenções integradas que considerem os determinantes sociais da saúde e

que promovam o desenvolvimento socioeconômico são essenciais. Programas de geração de renda, melhoria da infraestrutura básica e acesso a serviços educacionais e de saúde são fundamentais para quebrar o ciclo de pobreza e exclusão social que afeta essas comunidades. Além disso, a implementação de serviços de saúde mental comunitários, que incluam a formação e capacitação de agentes de saúde locais, pode ajudar a garantir que o suporte necessário esteja disponível e acessível (NUNES et al., 2022).

Finalmente, a promoção da resiliência comunitária e a valorização das redes de apoio social são estratégias importantes para enfrentar os desafios socioeconômicos e melhorar a saúde mental dos povos ribeirinhos. Fortalecer as relações comunitárias e promover o engajamento social pode aumentar o suporte emocional e material disponível para os indivíduos, reduzindo o impacto negativo das adversidades socioeconômicas. A participação ativa da comunidade no desenvolvimento e implementação de programas de saúde mental pode garantir que as intervenções sejam culturalmente apropriadas e efetivas (CINTRA JR., 2001).

2.3 A Influência Cultural e as Práticas Tradicionais

A cultura ribeirinha possui práticas e conhecimentos tradicionais que são fundamentais para a identidade e o bem-estar das comunidades. A medicina tradicional e as práticas de cura locais desempenham um papel significativo na manutenção da saúde mental e física.

Estes conhecimentos, transmitidos de geração em geração, incluem o uso de plantas medicinais, rituais de cura e a figura do curandeiro ou pajé, que possui um papel central na resolução de problemas de saúde, tanto físicos quanto espirituais (SOUZA; HAGE, 2017).

Esses métodos tradicionais não apenas proporcionam tratamentos alternativos, mas também fortalecem os laços comunitários e a coesão social, essenciais para o bem-estar emocional e psicológico.

No entanto, a falta de integração entre essas práticas tradicionais e o sistema de saúde formal pode resultar em uma abordagem fragmentada do cuidado à saúde mental. Muitos profissionais de saúde desconhecem ou

desconsideram o valor das práticas tradicionais, o que pode levar à desconfiança e à resistência das comunidades ribeirinhas em procurar ajuda nos serviços de saúde convencionais. Essa lacuna na comunicação e na compreensão mútua limita a eficácia das intervenções de saúde mental e pode agravar o isolamento dessas populações em relação ao sistema de saúde formal (LIRA; CHAVES, 2016).

A valorização das tradições e dos conhecimentos locais é essencial para o desenvolvimento de estratégias de saúde mental eficazes e culturalmente apropriadas. Reconhecer e respeitar a medicina tradicional pode aumentar a aceitação e a adesão das comunidades ribeirinhas aos tratamentos de saúde mental oferecidos. A incorporação de práticas tradicionais nos serviços de saúde mental pode fortalecer a confiança da comunidade nos cuidados oferecidos e promover uma abordagem mais holística e integrada. Por exemplo, a colaboração entre curandeiros locais e profissionais de saúde pode resultar em programas de saúde mental que combinam conhecimentos tradicionais e científicos, oferecendo cuidados mais compreensivos e culturalmente sensíveis (SOUZA; HAGE, 2017).

Além disso, promover a educação sobre saúde mental dentro das comunidades ribeirinhas, utilizando métodos e linguagens familiares, pode ajudar a desmistificar os transtornos mentais e reduzir o estigma associado a eles. Campanhas de conscientização que envolvem líderes comunitários e utilizam práticas culturais locais têm maior probabilidade de sucesso em aumentar a compreensão e a aceitação da saúde mental como uma parte integral do bem-estar geral. Essa abordagem participativa pode empoderar as comunidades e fomentar uma cultura de cuidado e apoio mútuo (NUNES et al., 2022).

2.4 Políticas Públicas e Acesso aos Serviços de Saúde Mental

Segundo Delgado (2011):

As políticas públicas de saúde mental no Brasil têm evoluído nas últimas décadas, especialmente após a implementação da Lei

10.216/2001, que redefine o modelo assistencial em saúde mental e promove os direitos das pessoas com transtornos mentais.

Esta legislação visa a desinstitucionalização e a reintegração social dos indivíduos com transtornos mentais, promovendo o tratamento em serviços comunitários e a proteção dos direitos humanos. No entanto, a aplicação dessas políticas nas comunidades ribeirinhas enfrenta inúmeros desafios devido ao isolamento geográfico e à falta de infraestrutura.

A implementação de políticas de saúde mental eficazes nas áreas ribeirinhas requer uma adaptação às especificidades locais, incluindo o desenvolvimento de estratégias de mobilização comunitária e capacitação de agentes de saúde locais (SAMPAIO et al., 1994). A formação de agentes comunitários de saúde que compreendam as realidades culturais e sociais dos ribeirinhos é fundamental para garantir que os serviços de saúde mental sejam acessíveis e adequados. Esses agentes podem atuar como pontes entre as comunidades e os sistemas de saúde formais, facilitando o acesso aos cuidados e promovendo a confiança nos serviços de saúde.

Além disso, é crucial que as políticas considerem a integração das práticas de saúde mental nos serviços de atenção primária à saúde, facilitando o acesso contínuo e integral aos cuidados (LANCETTI; AMARANTE, 2006). A criação de unidades móveis de saúde mental e a utilização de tecnologias de telemedicina podem superar as barreiras de acesso causadas pelo isolamento geográfico. Essas unidades móveis podem levar profissionais de saúde mental diretamente às comunidades ribeirinhas, oferecendo consultas, tratamentos e programas de educação sobre saúde mental.

A sustentabilidade das políticas de saúde mental nas comunidades ribeirinhas também depende da alocação adequada de recursos financeiros e humanos. Investimentos em infraestrutura, como a construção de centros de saúde e a melhoria dos meios de transporte, são essenciais para garantir que os serviços de saúde mental sejam contínuos e eficazes. A implementação de programas de capacitação contínua para os profissionais de saúde que atuam nessas áreas também é vital para manter a qualidade dos cuidados oferecidos (NUNES et al., 2022).

Além disso, a inclusão ativa das comunidades ribeirinhas no planejamento e na execução das políticas de saúde mental é fundamental para o sucesso das intervenções. O envolvimento comunitário pode garantir que as políticas sejam culturalmente sensíveis e que atendam às reais necessidades das populações locais. A criação de fóruns de discussão e conselhos comunitários de saúde mental pode proporcionar um espaço para que os ribeirinhos expressem suas preocupações e participem ativamente na construção de soluções (CINTRA JR., 2001).

2.5 Perspectivas e Recomendações Finais

Para avançar na promoção da saúde mental dos povos ribeirinhos, é necessário um enfoque multidisciplinar que combine esforços de diferentes setores, incluindo saúde, educação e desenvolvimento social (ALMEIDA FILHO, COELHO; PERES, 1999). A pesquisa deve continuar a explorar os determinantes sociais da saúde mental nessas comunidades, oferecendo uma base sólida para a formulação de políticas e intervenções adaptadas às suas necessidades específicas.

Além disso, é essencial promover a capacitação contínua dos profissionais de saúde que atuam em áreas ribeirinhas, garantindo que estejam preparados para lidar com as particularidades culturais e sociais dessas populações. O desenvolvimento de parcerias entre governos, ONGs e a comunidade local pode fortalecer as iniciativas de saúde mental e promover a sustentabilidade das ações implementadas (CINTRA JR., 2001).

Finalmente, a inclusão dos povos ribeirinhos no planejamento e na execução de políticas de saúde mental é fundamental para assegurar que as intervenções sejam culturalmente sensíveis e eficazes. A valorização dos conhecimentos tradicionais e a participação ativa da comunidade na construção de soluções são aspectos cruciais para o sucesso das políticas de saúde mental voltadas para essas populações (QUARTILHO, 2010).

Com base nas evidências e nos exemplos de sucesso, é possível afirmar que a promoção da saúde mental dos povos ribeirinhos exige um compromisso

contínuo e uma abordagem integrada, que reconheça e respeite as especificidades culturais e sociais dessas comunidades. Somente assim será possível garantir um bem-estar mental pleno e uma qualidade de vida digna para essas populações, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (SAMPAIO et al., 1994).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental dos povos ribeirinhos é um tema complexo que envolve uma série de fatores socioeconômicos, culturais e ambientais. Esta pesquisa procurou compreender como esses fatores influenciam a saúde mental das comunidades ribeirinhas na região amazônica, utilizando uma abordagem interdisciplinar e integrando diversos estudos e dados sobre o tema.

Inicialmente, foi identificado que as condições socioeconômicas desempenham um papel crucial na vulnerabilidade dessas populações. A pobreza, a falta de infraestrutura básica e a oferta limitada de serviços públicos são fatores determinantes que contribuem para o surgimento de transtornos mentais como a depressão e a ansiedade. Além disso, a falta de oportunidades de educação e emprego perpetua um ciclo de pobreza e exclusão social, agravando os problemas de saúde mental.

A pesquisa também destacou a importância da cultura ribeirinha e das práticas tradicionais na manutenção do bem-estar das comunidades. A medicina tradicional e as práticas de cura locais são fundamentais para a identidade cultural e a saúde mental dos ribeirinhos. No entanto, a falta de integração entre essas práticas e o sistema de saúde formal pode resultar em uma abordagem fragmentada do cuidado à saúde mental. A valorização e incorporação dos conhecimentos tradicionais nos serviços de saúde mental mostraram-se essenciais para o desenvolvimento de estratégias de cuidado mais eficazes e culturalmente apropriadas.

As políticas públicas de saúde mental no Brasil, apesar dos avanços significativos com a Lei 10.216/2001, ainda enfrentam desafios consideráveis na aplicação em áreas ribeirinhas devido ao isolamento geográfico e à falta de

infraestrutura. A implementação de políticas eficazes requer adaptações às especificidades locais, mobilização comunitária e capacitação de agentes de saúde locais. A integração das práticas de saúde mental nos serviços de atenção primária à saúde é fundamental para garantir o acesso contínuo e integral aos cuidados.

Em relação ao problema inicialmente proposto, a pesquisa ampliou a compreensão sobre os determinantes sociais e culturais que afetam a saúde mental dos povos ribeirinhos. Foi possível identificar que as condições adversas de vida e a marginalização socioeconômica são fatores críticos que necessitam de atenção específica nas políticas de saúde mental. A investigação também revelou que a valorização das práticas tradicionais e a participação ativa da comunidade são elementos-chave para a eficácia das intervenções de saúde mental.

Os objetivos gerais e específicos da pesquisa foram alcançados ao identificar os principais determinantes da saúde mental nas comunidades ribeirinhas e ao propor recomendações para políticas públicas mais inclusivas e adaptadas. O método utilizado, baseado em uma revisão sistemática da literatura, foi suficiente para realizar os procedimentos necessários e oferecer uma visão abrangente do tema. A bibliografia consultada correspondeu às expectativas, fornecendo uma base sólida para a análise e comparação das diferentes perspectivas sobre a saúde mental dos ribeirinhos.

Após ler, analisar, comparar e sintetizar diferentes autores, é evidente que a abordagem integrada e inclusiva é fundamental para promover a saúde mental dos povos ribeirinhos. A pesquisa sugere que o desenvolvimento de políticas públicas deve considerar as especificidades culturais e sociais dessas comunidades, promovendo a educação em saúde mental e a integração das práticas tradicionais nos serviços de saúde. Além disso, é recomendável que futuras pesquisas continuem a explorar os determinantes sociais da saúde mental e avaliem a eficácia das intervenções implementadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar; COELHO, Maria Thereza Ávila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. **Revista Usp**, n. 43, p. 100-125, 1999.

CINTRA JR., Dyrceu Aguiar Dias Cintra. Direito e saúde mental. **Revista de Direito Sanitário**, v. 2, n. 3, p. 77-86, 2001.

DELGADO, Pedro Gabriel Godinho. Saúde mental e direitos humanos: 10 anos da Lei 10.216/2001. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, n. 2, p. 114-121, 2011.

GAMA, Abel Santiago Muri et al. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00002817, 2018.

LANCETTI, Antônio; AMARANTE, Paulo. Saúde mental e saúde coletiva. **Tratado de Saúde Coletiva**, v. 2, p. 661-680, 2006.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações (Campo Grande)**, v. 17, p. 66-76, 2016.

NETO, Francisco Rente; FURTADO, Lourdes Gonçalves. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 24, n. 24, p. 158-182, 2015.

NUNES, Júlia Grazielle Santos et al. População Ribeirinha e Promoção da Saúde. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 13, n. edespmulti, 2022.

QUARTILHO, Manuel João. **Saúde mental**. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press, 2010.

SAMPAIO, José Jackson Coelho; GUIMARÃES, José MX; SAMPAIO, Alexandre M. Saúde mental. **Rouquayrol MZ. Epidemiologia & Saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, p. 403-20, 1994.

SOUZA, Dayana Viviany Silva; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Povos Ribeirinhos**. Editora CRV. p. 396, 2017. DOI: 10.24824/978854441847.5.

Data da submissão: 30 de agosto de 2024

Data da aprovação: 20 de setembro de 2024